



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0011243-33.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **ISMAEL MIGUEL APOLINÁRIO**  
Requerido: **BANCO ITAUCARD S/A - ITAUCARD FINANCEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que possui cartão de crédito junto ao réu.

Alegou ainda que constatou que no mesmo haviam vários lançamentos referentes a pagamento de prêmios de seguro, os quais não contratou.

Ressalvou que através de mediação do Procon o réu reconheceu as irregularidades das contratações e se comprometeu em estornar todos os valores débitos.

Salientou todavia, que o réu não cumpriu com o ajustado perante o Procon, o que neste ato requer.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o réu em contestação demonstrou que efetivamente promoveu o estorno dos valores que se comprometeu, o que se deu na fatura com vencimento em 06/11/2016.

Manifestando-se em réplica, a autora não refutou que isso efetivamente aconteceu.

Como se vê, a explicação do réu é pertinente porque o documento de fls. 56/57 demonstra concretamente a devolução se realizou.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz na rejeição da pretensão deduzida pela autora, porque restou patenteado que o réu não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 21 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**